

As semanas de trabalho nos anos fundacionais

O fundador do Opus Dei estabeleceu as semanas de trabalho como instrumento de governo e de escuta das diversas regiões da Obra. Das seis semanas que ele organizou durante sua vida, destaca-se a última pela ampla consulta que foi feita a pessoas do Opus Dei.

08/01/2024

Desde a fundação, Josemaria Escrivá procurou pessoas que o ajudassem na direção do Opus Dei e no desenvolvimento de seu carisma. Ao longo dos anos 1940 organizou estruturas de governo centrais, regionais e locais. Estabeleceu, ao mesmo tempo, dois tipos de assembleias: os congressos gerais, que estudavam o andamento da Obra e propunham novos planos de expansão; e as semanas de trabalho regionais, que estudavam as experiências formativas e apostólicas das circunscrições.

UM PRECEDENTE: AS SEMANAS DE ESTUDO (1940)

De 17 a 24 de março de 1940, realizou-se na residência Jenner em Madri, a primeira convivência de caráter formativo dos homens da Obra. Participaram 33 estudantes e jovens profissionais que moravam em Barcelona, Madri, Valênciia,

Valladolid e Saragoça. Foi denominada *semana de estudo*. Sua finalidade era que cada um melhorasse sua relação com Deus, aprofundasse no conhecimento do espírito da Obra, vivesse a unidade com os outros e tomasse consciência da necessidade de impulsionar o desenvolvimento do Opus Dei em diversas cidades espanholas.

O fundador pregou aos participantes e conversou a sós com cada um. Alguns jovens que tinham entrado para a Obra antes da guerra, como Álvaro del Portillo e Juan Jiménez Vargas, deram aulas sobre o espírito e as atividades do Opus Dei. Além disso, visitaram locais relacionados com os começos da obra de São Rafael, como o asilo Porta Coeli e os edifícios da rua Ferraz onde funcionou a residência DYA.

No verão do mesmo ano, Escrivá organizou outras duas semanas de

estudo para os homens da Obra. Uma, em meados de agosto, com a participação de 28 jovens, e outra nos começos de setembro para outros 24. Nestes encontros fortaleceu-se a sociabilidade dos membros do Opus Dei – a vida de família, nas palavras do fundador – baseada na amizade e em um ideal cristão compartilhado^[1].

PRIMEIRA SEMANA DE TRABALHO (1943)

Em 1943 teve início outro tipo de reuniões de membros da Obra que se realizariam a cada cinco anos: a *semana de trabalho*. A primeira, de 29 de julho a 7 de agosto de 1943, foi realizada em Madri. Participaram dezesseis numerários, em sua maioria dos primeiros da Obra, e o fundador.

Durante essa semana foram organizadas comissões de estudo divididas em: a) regime, distribuição das pessoas, centros de estudo,

questões econômicas e jurídicas; b) diretores e residências; c) vida de família, plano de vida e virtudes: estudo, obediência, viagens, pobreza; d) promoção de vocações e São Rafael: organização, palestras e aulas profissionais; e) apostolado dos mais velhos: obra de São Gabriel. Estas comissões estudaram as comunicações recebidas de diversos centros da Obra e redigiram outras novas^[2].

Alguns meses mais tarde, em janeiro de 1944, Leopoldo Eijo Garay, bispo de Madri-Alcalá, aprovou as Constituições da Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz. Pela primeira vez, as semanas de trabalho apareciam em um texto jurídico^[3]. Encontravam-se dentro da seção dedicada ao regime geral da Sociedade Sacerdotal, concretamente depois dos artigos dedicados aos órgãos de governo centrais, regionais e locais^[4].

De acordo com as Constituições, a finalidade das semanas era “intensificar a formação dos sócios da Instituição e um maior desenvolvimento da atividade apostólica”^[5]. Estava prevista a organização de uma semana dessas nas regiões da Obra a cada cinco anos e a possibilidade de organizar semanas extras. Seriam convocadas pelo conselheiro regional e presididas pelo presidente geral da Sociedade Sacerdotal ou por um delegado e todos os inscritos e os diretores locais convocados participariam delas. Qualquer membro da instituição poderia enviar sugestões ao presidente da semana de trabalho, e os que participassem dela deveriam passar ao secretário da mesma as notas que deveriam ser estudadas^[6].

O esquema da semana incluía um diálogo sobre os diversos temas em cada comissão além de uma reunião

plenária final. As conclusões tinham caráter perfectivo se fossem ratificadas pelo presidente geral da Sociedade Sacerdotal^[7].

SEMANAS DE TRABALHO GERAIS (1948)

O Opus Dei foi aprovado como instituto secular em fevereiro de 1947. As novas Constituições continham substancialmente os mesmos artigos que se referiam às semanas de trabalho em 1944, com um acréscimo: previa-se que além das semanas de trabalho, realizadas a cada cinco anos nas regiões, houvesse uma semana de trabalho geral a cada dez anos para todo o instituto, da qual participariam todos os eleitores e alguns inscritos designados^[8].

Depois do verão de 1947, o fundador pediu aos sócios da Obra que já tinham feito a fidelidade que enviassem, se quisessem,

contribuições para uma futura semana de trabalho. Podiam escrever “sobre qualquer matéria: casa, plano de vida, apostolado, proselitismo, estudo, pobreza, discrição, esporte, formação profissional etc.”^[9]. Era igualmente amplo o leque de pontos de vista que podiam adotar: “coisas observadas”, “problemas que se levantem ou possam ser levantados teoricamente” e “questões e pontos sobre os quais ainda não se tenha um critério, para que sejam propostos e estudados na semana”^[10]. Solicitava-se, em particular, melhorias para o *Diretório*^[11].

Além disso, pedia sugestões para alguns aspectos que interessavam no momento: modo de dar os círculos profissionais, a direção espiritual, a atividade em outros países, a missão dos membros do conselho local, o conteúdo e a periodicidade da revista interna da Obra, a formação dos

numerários nos centros de estudos e os cursos de verão, o acompanhamento dos jovens da obra de São Rafael, a orientação profissional dos jovens, o impulso do apostolado, o rendimento pessoal e o possível déficit nos centros^[12]. A resposta foi notável, pois os membros da Obra enviaram centenas de comunicações^[13].

Com este material, de 24 a 29 de agosto de 1948, realizou-se em Molinoviejo a *Terceira semana geral de trabalho* para os homens^[14]. Vendo os 28 profissionais que lá se encontravam, muitos deles diretores centrais ou locais, Escrivá comentou com bom humor que faltavam para “todos vinte anos; somos todos excessivamente jovens. Nisto, porém, o tempo vai arrumar”^[15]. Explicou-lhes “que os acordos realizados na semana não terão força obrigatória enquanto não forem aprovados oficialmente pelo Padre; ou seja,

essas reuniões não constituem um corpo legislativo, nem a ocasião para discussões prolixas ou intervenções oratórias. Sua finalidade deve ser o trabalho eficaz e eles estavam lá – como sempre na Obra – para estudar serenamente os temas, comparando, se for o caso, os diferentes pontos de vista, que devem ser manifestados, conscientemente, com toda liberdade e clareza”^[16].

A parte de formação no espírito do Opus Dei correspondeu ao Fundador, tanto nas tertúlias e encontros pessoais como nas meditações diárias, nas quais animava a corresponder à chamada que haviam recebido: “Muitas vezes consideraste que és sal, luz. Disse-o Cristo Nosso Senhor, e nos documentos recentes do Pontífice vê-se repetidas vezes como é um querer da Igreja que sejas sal que chega longe, onde outros não podem chegar, luz que atravessa as trevas. Não só coletivamente e sim

pessoalmente. Insisto: uma parte muito importante de nossa vida é o apostolado pessoal”^[17].

Foram formadas cinco comissões: regime e assuntos especiais, São Miguel, São Rafael, estudos, administração e assessoria jurídica. Houve, além disso, exposições sobre os centros de estudos, os círculos profissionais, o aspecto econômico das residências de estudantes e a assessoria jurídica. Durante esses dias, cada comissão analisou as colaborações recebidas e redigiu um plano. Estas anotações foram lidas para todos os integrantes da semana de trabalho e, algumas vezes, comentadas por Escrivá.

Por exemplo, a respeito do que foi escrito pela comissão para as pessoas jovens, o fundador “esclareceu que nos guias usados atualmente para os círculos de estudo de São Rafael há uma parte permanente: certas ideias

e o método e a orientação fundamentais. Outra parte, porém, (as histórias, o material acessado na exposição etc.) deve ser algo vivido por quem dá o círculo, e deve ser renovado para que a fórmula dos círculos não fique anquilosada”^[18]. E, a respeito da iminente ida de membros da Obra para outros países, comentou que *no começo será necessário ajudá-los de dois modos: com meios econômicos e pessoalmente. É preciso lembrar que nem sempre irá gente mais velha, já formada, mas alguns dos mais novos entre os nossos, para formar-se e naturalizar-se depois, se for necessário. Eu não perco para ninguém em meu amor a Espanha, mas me faço turco essa mesma tarde, se for para servir a Jesus Cristo*^[19].

Três meses mais tarde, realizou-se a primeira semana de trabalho das mulheres do Opus Dei. Antes do encontro elaboraram-se centenas de

fichas com sugestões e ideias para esses dias e também para o *Diretório* da seção de mulheres. Depois, de 26 a 29 de novembro de 1948, catorze participantes se reuniram na casa de Los Rosales. À vista do material recebido e da experiência acumulada, avaliaram a atividade desenvolvida, de modo particular na obra de São Rafael e na Administração dos centros. Depois, fixaram metas para o futuro, que era prometedor porque havia um bom grupo de jovens que estavam pensando em sua chamada à Obra^[20].

UMAS SEMANAS SEM RASTRO DOCUMENTAL (1955)

O Opus Dei recebeu a aprovação definitiva como instituto secular em junho de 1950. A parte das novas Constituições dedicada à direção do instituto tinha quatro capítulos: o regime geral – onde se fazia referência à eleição do presidente

geral, aos congressos gerais e aos governos centrais –, a direção regional, a direção local e as semanas de trabalho.

No caso das semanas, não havia grandes mudanças com relação aos textos normativos de três e seis anos antes. Em vez disso, traziam algumas práticas que já haviam sido realizadas. Por um lado, as Constituições sancionavam a semana de trabalho para a seção de mulheres da Obra que teria uma estrutura e funcionamento igual à dos homens^[21]. Por outro, convidavam todos os sócios do Opus Dei, com incorporação definitiva, que enviassem sugestões ao presidente das semanas de trabalho sobre os temas que se poderiam tratar^[22]. Dessa forma, o legislador solicitava um parecer a pessoas com experiência, de modo que os participantes refletissem sobre as

melhores maneiras de viver e difundir o carisma do Opus Dei.

Em fevereiro de 1953, o secretário geral do Opus Dei, Antonio Pérez, consultou Josemaria Escrivá sobre a oportunidade de convocar uma semana de trabalho, uma vez que já haviam passado cinco anos desde a última. O Fundador respondeu que cada região podia organizar a sua^[23].

Os preparativos se alongaram durante meses e as semanas de trabalhos regionais foram realizadas ao longo de 1955. Estas semanas serviram para propor o segundo congresso geral do Opus Dei, que se realizou em 1956^[24].

NA VIGÍLIA DO CONCÍLIO VATICANO (1960)

Em junho de 1960 – um ano antes do seguinte congresso geral da Obra – o Fundador solicitou novamente aos conselheiros de todas as regiões que

convocassem uma semana de trabalho em sua respectiva circunscrição. Escrivá indicou que as semanas seriam presididas por um delegado ou *missi* para cada região. Deveriam assistir os sócios inscritos e os diretores de conselhos locais e de sociedades auxiliares que se visse conveniente^[25].

De momento, as autoridades regionais convidaram aos numerários já definitivamente incorporados à Obra a enviarem sugestões sobre temas que convinha tratar na semana, de acordo com os acontecimentos e experiências do último quinquênio^[26].

Devido à desigualdade do desenvolvimento da Obra em cada região, os temas abordados foram em parte semelhantes e em parte diferentes^[27]. Por exemplo, houve uma reunião com 54 homens, presidida por Xavier de Ayala,

delegado do fundador, na região da Espanha. Onze comissões estudaram as sugestões recebidas e prepararam as comunicações correspondentes. As principais observações figuram nas conclusões confirmadas na sessão de clausura, tendo sido submetidas à aprovação do presidente geral do Opus Dei. Entre elas, os participantes insistiram na formação dos sócios e cooperadores da Obra: compatibilizar os encargos apostólicos dos numerários com o trabalho profissional de cada um; programar novos encontros culturais nos centros de São Rafael e providenciar mais casas pequenas para as atividades dos oblatos; cuidar do atendimento pastoral dos sócios da Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz; e criar um centro de documentação sobre temas de atualidade^[28].

De modo semelhante, houve semanas de trabalho regionais para as

mulheres^[29]. A região da Espanha realizou uma em dezembro de 1960. Boa parte dos temas sugeridos pelas participantes giraram em torno da proposta profissional da formação. Por exemplo, na obra de São Miguel estudava-se “a conveniência de fomentar o entusiasmo profissional das numerárias, de modo que procurem também por si mesmas os meios necessários para melhorar seu trabalho” e “a necessidade de que, além das convivências, as adscritas recebam uma formação mais intensa no próprio centro do qual dependem, embora permaneçam cada uma em seu lugar, no trabalho e na família”. Algo semelhante acontecia com as pessoas sem compromisso de celibato: “Tendo em conta a experiência obtida, é aconselhável que haja convivência para as encarregadas de São Gabriel e palestras nos cursos anuais sobre temas referentes ao atendimento das supernumerárias”^[30].

México era a segunda região onde o Opus Dei estava mais desenvolvido, com centros na Cidade do México, Guadalajara, Monterrey e Culiacán. Dezesseis numerários se reuniram na sede da comissão regional para estudar onze temas diversos^[31]. As conclusões indicavam vários pontos: dedicar tempo ao atendimento espiritual e à formação dos numerários; procurar que permanecessem de modo estável no mesmo lugar durante um bom tempo, atendendo a uma só atividade para ser mais eficazes; dar os passos necessários para que o *Studium generale* tivesse mais caráter acadêmico; apoiar a obra de São Rafael no apostolado de amizade e confidência; e consolidar as atividades que já realizavam antes de começar outras novas^[32].

As mulheres da Obra no México se reuniram na sede da Assessoria Regional para a semana de trabalho.

As duas principais conclusões diziam respeito à obra de São Miguel e a de São Rafael. Por um lado, convinha que as pessoas “que formam parte dos conselhos locais disponham do tempo suficiente para poder se dedicar ao labor de direção e formação”^[33]. Constatava-se, por outro lado, o crescimento de atividades de promoção rural em obras corporativas como Montefalco ou Toshi, ao mesmo que tempo que se animava a fomentar as vocações entre as universitárias “intensificando o apostolado pessoal de amizade e confidência”^[34], de modo que colaborassem depois na difusão da mensagem do Opus Dei no México.

Pouco antes da convocação das semanas de trabalho de 1960, o Conselho Geral tinha proposto ao fundador a possibilidade de realizar semanas inter-regionais para as circunscrições pequenas ou até a

opção de não realizá-las. Escrivá rejeitou estas sugestões porque queria fortalecer o desenvolvimento da Obra em todos os lugares, inclusive nos menores ou recentes^[35]. Dessa forma, no Japão – país no qual a Obra havia começado em 1958 – José Luis Múzquiz presidiu uma semana de trabalho de dois dias, da qual participaram os quatro numerários que vivam lá: José Ramón Madurga, Fernando Acaso, Desmond Cosgrave e José Antonio Armisén. Redigiram sugestões sobre temas variados: aprimoramento do estudo do japonês, aquisição de livros de literatura e de doutrina cristã, aspectos práticos da vida do centro, como a redação do Diretório Litúrgico ou a formação da biblioteca do sacerdote, e o estudo de um memorandum para iniciar um instituto de idiomas e centro cultural que se chamaría Seido^[36].

AS SEMANAS DO PÓS-CONCÍLIO

As semanas de trabalho regionais seguintes não se realizaram em 1965, como estava previsto pelo direito, mas três anos mais tarde. Este atraso ocorreu, provavelmente, porque 1965 foi o ano da conclusão do Concílio Vaticano II e o fundador desejava tomar conhecimento de toda a doutrina conciliar antes de estabelecer novas linhas de expansão da Obra^[37].

Em dezembro de 1967, os conselhos centrais elaboraram um “Regulamento das semanas de trabalho”, que foi enviado às circunscrições do Opus Dei. Este documento trazia o direito previsto para a realização das reuniões. Era dividido em três partes: convocação, preparação e realização^[38].

As sucessivas semanas de trabalho regionais tiveram lugar desde meados de 1968 até princípios de 1969, de acordo com os calendários

de cada circunscrição. Assim, a região da Inglaterra apresentou como conclusões mais importantes para os homens o início de um centro de estudos para um ano depois, a possibilidade de estabelecer em Londres um colégio de ensino médio e o aumento das atividades na residência Netherhall e nos clubes juvenis^[39]. No caso das mulheres, boa parte dos esforços orientou-se para a melhoria da capacitação profissional das pessoas que trabalhavam nos *trainings centers* (centros de formação profissional no campo da hotelaria) e no cuidado das residências universitárias^[40].

Na semana de trabalho na Espanha participaram numerosas pessoas. 45 mulheres, o conselheiro e o sacerdote secretário regional reuniram-se na casa de退iros de Los Rosales de 3 a 5 de agosto. As conclusões giraram em torno da melhoria da formação das pessoas da Obra, de modo que

fossem conscientes da missão e dos modos como podiam desenvolver o Opus Dei. Fazia-se especial referência ao crescimento do exercício profissional no âmbito acadêmico, ao conhecimento da modalidade vocacional das adscritas e, também, das numerárias auxiliares, “para que pouco a pouco seja possível confiar a elas algumas atividades apostólicas e profissionais análogas às realizadas pelas numerárias”^[41]. Com relação à atividade corporativa parecia mais interessante consolidar as realidades que havia antes, em vez de começar outras novas. Fazia-se, ao mesmo tempo, finca-pé no crescimento do “apostolado da opinião pública, orientando as pessoas que apresentem aptidões para este trabalho”^[42].

Os homens programaram semanas de trabalho nas cinco delegações que dependiam da Comissão Regional da

Espanha, e houve reuniões nos meses de junho e julho. A seguir, a Comissão enviou ao Conselho Geral todas as conclusões que, como indicavam, eram úteis tanto para as circunscrições como para o governo regional no sentido de elaborar os planos trienais de desenvolvimento do Opus Dei em cada demarcação^[43]. As diversas delegações da Obra coincidiam em alguns pontos, entre os quais se destacavam, por um lado, o cuidado dos membros dos conselhos locais: elaborar um regulamento, explicar a cada membro em que consistia seu trabalho local e cuidar da formação profissional e apostólica das pessoas da Obra; por outro lado, animava-se a que os sócios da Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz colaborassem mais nas obras de São Rafael e São Gabriel, e que se ampliasse a relação com seminaristas interessados em conhecer o espírito do Opus Dei^[44].

Uma novidade com relação às convocações anteriores é que, a pedido do fundador, o Conselho Geral e a Assessoria Central analisassem o material e as conclusões das semanas de trabalho de cada região, as aprovassem e enviassem avisos “para concretizar e esclarecer alguns pontos”^[45]. Deste modo as conclusões adquiriram “força de regra”^[46] e as circunscrições receberam indicações e sugestões por parte do governo central do Opus Dei.

SEMANAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIAS (1969 – 1970)

Na primavera de 1969, vários cardeais disseram ao fundador que circulavam críticas contra a Obra no Vaticano e que, com proposta de Ildebrando Antoniutti, prefeito da Congregação de Religiosos, havia sido criada uma comissão de cinco pessoas que ia estudar a situação

canônica do Opus Dei com o fim de modificar suas Constituições^[47]. Para antecipar-se aos trabalhos dessa comissão, Josemaria Escrivá pediu à Santa Sé autorização para organizar uma assembleia geral no Opus Dei que revisasse seu direito particular de acordo com as orientações do Concílio e o espírito fundacional^[48].

A primeira parte do congresso realizou-se em Roma de 1º a 15 de setembro para os homens e de 4 a 16 do mesmo mês para as mulheres. Participaram 192 membros da Obra das diversas regiões. No dia 3, cinco assistentes sugeriram a Mons. Escrivá que, uma vez encerradas essas jornadas, convocasse “semanas de trabalho em todas as regiões (nações), organizando-as por zonas, grupos, cidades, etc., como fosse mais fácil”^[49]. Pediam que “todos os sócios tivessem a possibilidade de enviar pessoalmente as comunicações que

desejassem”^[50] para a segunda parte do congresso.

O fundador aprovou a proposta durante o próprio congresso. Com data de 13 de setembro, enviou uma nota às regiões em que os dois primeiros pontos indicava: “em todas as regiões devem realizar-se semanas de trabalho extraordinárias, antes de 1º de fevereiro de 1970. Para estas semanas de trabalho extraordinárias *todos* os sócios – numerários, adscritos, supernumerários – e também muitos cooperadores, inclusive não católicos, que o conselheiro e o defensor designem tendo ouvido a Comissão Regional, podem enviar pareceres, sugestões, notas de experiência etc.”^[51].

Acrescentava que “para conseguir esta extensa e intensa participação de muitos sócios e cooperadores” foram nomeadas na sede da Obra subcomissões encarregadas de

reunir os materiais. Podiam aproveitar encontros como os círculos, recolhimentos e convivências para explicar este pedido coletivo de sugestões. Solicitava-se igualmente que as propostas fossem assinadas e que fossem indicados o domicílio e a profissão de cada pessoa, de modo que ficasse refletida a extensão e variedade de situações que se dava no Opus Dei em todo o mundo. A nota acaba insistindo novamente na maior participação possível: todos os sócios e os cooperadores designados serão estimulados a apresentar todas as sugestões que desejarem e que assinem outras que considerem oportunas”^[52].

Dois dias depois, 15 de setembro, os congressistas aprovaram conclusões dessa primeira fase do congresso, centradas na necessidade de “uma revisão conceitual e terminológica”^[53] do direito do Opus

Dei. Indicaram, além disso, que, um ano mais tarde, se realizasse uma segunda parte, pois convinha ter tempo, dada a complexa situação jurídica em que se encontrava a Obra. E, no que diz respeito às semanas de trabalho, a oitava conclusão sancionou que se realizasse um congresso geral ordinário a cada oito anos e que, dois anos antes de cada congresso, houvesse semanas de trabalho regionais, “e que essas semanas de trabalho fossem precedidas de uma eficaz e extensa consulta a todos os sócios”^[54].

De acordo com a petição do congresso geral especial, os respectivos conselheiros convocaram as semanas de trabalho em suas regiões e avisaram que os sócios e cooperadores designados podiam enviar colaborações. Realizaram, além disto, várias consultas ao fundador sobre quem poderia

participar. Na resposta, Escrivá manifestou de novo interesse em que a consulta fosse muita ampla. Por exemplo, autorizou inclusive, que a região da Itália enviasse sugestões de jovens da obra de São Rafael^[55].

Tanto o ímpeto dos diretores regionais na hora de estimular a redigir propostas quanto a resposta entusiasta dos sócios e cooperadores tiveram como resultado consultas como não se havia visto até esse momento na história do Opus Dei. Ao longo dos cinco meses entre setembro de 1969 e fevereiro de 1970, 50.710 pessoas – 26.974 homens e 23.736 mulheres – de 77 países e todo tipo de profissões redigiram 54.781 propostas, 28.815 da seção dos homens e 28.966 das mulheres^[56].

Tendo recebido as colaborações, cada região realizou sua semana de trabalho extraordinária, tanto para as mulheres como para os homens. A

maioria delas realizou-se em dezembro de 1969 e janeiro de 1970. Nesses encontros tratou-se sobre “os temas principais – espírito do Opus Dei, situação jurídica, experiência apostólica, etc. – sobre os quais nosso fundador e presidente geral *ad vitam* desejava que todos os sócios da Obra dessem seu parecer”^[57].

Estas semanas regionais tiveram uma novidade com relação às anteriores, pois, além dos numerários, que segundo o direito eram convocados, participaram “outros numerários, adscritos e supernumerários incorporados à Obra pela fidelidade, designados pelo conselheiro e pelo defensor, com o voto respectivo da Comissão Regional”^[58]. Em mais de um caso, os sócios agradeceram expressamente a confiança de que foram objeto. Por exemplo, a Comissão de Portugal enviou ao Conselho uma nota que começava assim: “1. Quanto à

experiência desta semana de trabalho, desejamos referir que foi de muita valia a contribuição dos adscritos e supernumerários, e dos sacerdotes adscritos [da Sociedade Sacerdotal], nas comissões; e que a convivência desses dias constituiu para todos um reforço de filiação, de fraternidade e de unidade. 2. Todos se sentiram muito comovidos e agradecidos pela confiança que o Padre depositou neles e trabalharam com todo o entusiasmo”^[59].

Manifestavam, ao mesmo tempo a união com o fundador, em um momento muito delicado de seu caminho jurídico, que os levava a “aceitar todas as diretrizes de nosso Padre encaminhadas a eventuais reformas de nosso direito interno”^[60].

Tendo sido revisadas nas semanas de trabalho, todas as sugestões e comunicações foram enviadas a Roma. Tanto o Conselho Geral como a Assessoria Central classificaram

essas propostas com vistas à segunda parte dos trabalhos do Congresso.

Em abril de 1970, Josemaria Escrivá foi a Espanha e Portugal para rezar diante de Nossa Senhora do Pilar e da Virgem de Fátima. Passou, além disso pela ermida de Torreciudad perto de Barbastro. E, de 15 de maio a 23 de junho esteve no México onde fez uma novena à Virgem de Guadalupe para pedir a Deus pela Igreja e pela solução jurídica que permitisse salvaguardar a natureza genuína do Opus Dei.

A segunda parte do congresso geral especial aconteceu de 30 de agosto a 14 de setembro. As conclusões diziam respeito à necessidade de uma nova configuração jurídica para o Opus Dei, que suprimisse a profissão dos três conselhos evangélicos de acordo com o carisma fundacional, que procura santidade no próprio estado^[61].

Nos quatro anos seguintes, esta comissão examinou as mais de cinquenta e quatro mil colaborações individuais e as sugestões das sessões plenárias do congresso geral especial. Prolongou-se todo este tempo em virtude do volume de material, objeto de estudo. Naqueles momentos, além disso, várias pessoas com cargos de relevo na Santa Sé tinham pontos de vistas opostos sobre a solução mais conveniente e parecia por isso mais prudente desacelerar o processo^[62].

Em 1974, a Comissão preparou uma proposta de estatuto jurídico do Opus Dei. No dia 1º de outubro desse ano, Josemaria Escrivá aprovou o projeto do *Codex iuris particularis Operis Dei* (Código de direito particular do Opus Dei)^[63]. O documento propunha uma nova natureza jurídica do Opus Dei que se identificava com a figura da prelazia pessoal instituída no Vaticano II, e modificava expressões

mais próprias do estado de perfeição religioso ou secular^[64].

CONCLUSÕES

Josemaria Escrivá instituiu no Opus Dei as semanas de trabalho como instrumento de reflexão, participação e escuta dos membros da Obra. Desde o primeiro momento tiveram caráter consultivo e foram um canal para que cada um expressasse a própria opinião sobre temas relacionados ao espírito e aos modos de difusão do Opus Dei em todo o mundo. As semanas evoluíram, tanto na progressiva ampliação temática das questões organizativas e de aspectos gerais como na universalização dos convocados, que, no início eram numerários com cargos de direção e depois foram homens e mulheres da Obra e cooperadores.

Os primeiros e principais beneficiários da semana de trabalho

foram aqueles que dirigiam e coordenavam a irradiação do Opus Dei nas regiões. O estudo do andamento da Obra em seu território durante os anos prévios deu-lhes uma visão panorâmica da situação da Obra nessa circunscrição, facilitou a análise dos motivos pelos quais houvera frutos ou dificuldades e trouxe consigo propostas de melhora para o futuro imediato. No caso dos organismos de governo central, o material das semanas de trabalho regionais ajudou-nos a compreender qual era a irradiação do carisma fundacional no mundo.

Durante os anos fundacionais houve seis semanas de trabalho. A primeira em 1943 serviu para estudar e reorganizar os apostolados da Obra restritos então a poucas cidades espanholas. As semanas de trabalho gerais de 1948, para os homens e para as mulheres facilitaram a decolagem do Opus Dei, que saía das

fronteiras espanholas e europeias depois da Segunda Guerra Mundial. As semanas dos anos 1955 e 1960 ajudaram a preparar os congressos gerais ordinários da Obra, que se realizaram um ano mais tarde. Junto das de 1968, marcam o momento da consolidação do espírito e dos apostolados da Obra, guiados por Escrivá.

Até aquele momento haviam participado da semana de trabalho alguns numerários incorporados definitivamente ao Opus Dei, pois estas reuniões estavam previstas para pessoas com experiência formativa e de direção, que podiam rever o andamento da Obra e fazer sugestões importantes.

As semanas de trabalho de fins de 1969 e princípios de 1970 tiveram um caráter extraordinário tanto pela convocação quanto pela resposta. Tomaram parte a maioria dos sócios

e cooperadores, que enviaram pouco mais de 54.000 pareceres, e assistiram as reuniões pessoas incorporadas definitivamente à Obra de todas as modalidades vocacionais. A solicitação de sugestões a todas as pessoas que conheciam e viviam o espírito do Opus Dei proporcionou a cada uma refletir de modo pessoal sobre seu carisma. Converteu-se, além disso, em um inesperado plebiscito de unidade com o Fundador, pois os membros da Obra tinham consciência da complexa etapa jurídica que o Opus Dei atravessava.

José Luis González Gullón. Professor na Pontificia Università della Santa Croce, pesquisador do Centro de Estudos Josemaria Escrivá e membro do Istituto Storico Josemaria Escrivá. Especialista em história religiosa

espanhola contemporânea e em história do Opus Dei.

Email: jggullon@gmail.com

^[1] Só houve semanas de estudos em 1940 e, embora sejam evidentes as diferenças com as semanas de trabalho – veremos que a discussão se concentrou sobre uns poucos aspectos organizacionais – foram citadas por terem sido a primeira ocasião em que o fundador reuniu os membros da Obra para transmitir-lhes o espírito do Opus Dei. AGP, série E. 2.2, 171-1; cfr. Santiago CASAS RABASA, *As Semanas de Estudo de 1940: bases da formação no espírito do Opus Dei da pós-guerra espanhola*; SetD 14 (2020), pp. 143-171; Onésimo DÍAZ, *Pós-guerra. A primeira expansão do Opus Dei durante os anos de 1939 e 1940*,

Madri, Rialp, 2018, pp.297-313. As semanas de estudo se mantém nos chamados cursos anuais e convivências (que começaram em 1944), com atividade de formação em que se revê o espírito do Opus Dei e alguns temas doutrinais, ao mesmo tempo em que se vive o ambiente familiar próprio da Obra.

^[2] O material conservado sobre esta semana de trabalho é muito escasso, alguns poucos documentos que se encontram em AGP, série E.2.2, - 171-2-1. Sabemos que eles se reuniram em um centro – provavelmente em Diego de León – durante as manhãs e que, divididos em comissões, dedicaram esses dias ao estudo das colaborações e a tirar conclusões. As notas não foram conservadas.

^[3] Os Estatutos da Pia União Opus Dei, de 19 de março de 1941, não mencionam as semanas de trabalho.

^[4] L.1.1, 2-4-2.

^[5] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (25/01/1944), n. 300, em AGP, série L.1.1, 2-4-2. A tradução dos textos latinos é nossa.

^[6] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (25 de janeiro de 1944), n. 303-305, em AGP, série L.1.1, 2-4-2. Os inscritos eram – e são atualmente na prelazia pessoal – pessoas que se dedicam a tarefas de governo e de organização da atividade formativa. Esta figura estava prevista nas Constituições de 1944 e se tornou realidade em setembro de 1947, quando, pouco antes da expansão internacional da Obra, o fundador nomeou pela primeira vez 60 numerários como inscritos. Cfr. José Luis GONZÁLEZ GULLÓN – John F. COVERDALE, *História do Opus Dei*, São Paulo, Quadrante, 2022, p. 142.

[7] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (25 de janeiro de 1944), n. 306-308, em AGP, série L 1.1, 2-4-2. As *semanas de trabalho* eram uma reunião consultiva. Ao contrário, os *congressos gerais* do Opus Dei – o primeiro realizou-se em 1951 – eram órgãos de governo colegial no Opus Dei, formados pelos sócios eleitores, que participavam com voto deliberativo. Estava previsto que houvesse um congresso geral a cada cinco anos, com uma fase para homens e outra para mulheres. Faziam a revisão dos projetos empreendidos desde o congresso anterior, formulavam um juízo sobre o andamento das atividades corporativas e institucionais, nomeavam os cargos do Conselho Geral e da Assessoria Central e estabeleciam linhas de atuação apostólica para os cinco anos seguintes.

Além dessas duas assembleias – congressos gerais e semanas de trabalho – o fundador convocou em Roma os conselheiros ou os delegados regionais em convivências que não elaboravam conclusões. Cfr. Francesc CASTELLS I PUIG – José Luis GONZÁLEZ GULLÓN, *El I Congreso General del Opus Dei*, 1951, SetD 15 (2021), pp 37-71

^[8] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (24/02/1947), nº 300, em AGP, série L-1-1,7-2-1. Sobre os inscritos, *vide* nota 6. Os eleitores tinham como missão votar no sucessor do presidente geral no momento oportuno, além de participar nos congressos gerais da Obra. Cfr. GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, p.154.

^[9] Nota, s/f, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

^[10] Nota “III Semana de Trabalho”, 29 de outubro de 1947, em AGP, série E. 2.2, 171-3-1.

^[11] Em 1948, o fundador imprimiu um *Diretório* que continha critérios e experiências sobre o governo e a gestão dos centros e das atividades apostólicas. Enviou-o aos diretores centrais e locais da Obra. A primeira edição tinha duas versões, uma para homens e outra para mulheres. O *Diretório* para a seção de mulheres, por exemplo, era dividido em três partes: governo de um centro local; formação e vida das associadas da Obra; e Administração das casas. Durante a terceira semana de trabalho fizeram a revisão da primeira edição do *Diretório* com o fim de aperfeiçoá-la. AGP, série Q.1.7, 9-50.

^[12] Nota “III Semana de Trabalho”, 15 de novembro de 1947, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

[13] Conservam-se em AGP, série E.2.2, 171-4 172 e 256. Algumas notas estão guardadas em envelopes que remetem à terceira semana de trabalho, outras indicam o centro do qual foram enviadas, e mais algumas estão destinadas ao *Diretório*.

[14] AGP, série E.2.2, 171-3 e 171-4. Chamou-se esta semana de trabalho *terceira* porque, provavelmente, considerou-se a semana de estudos de 1940 – que teve três sessões como visto – como a primeira e, como segunda, a semana de trabalho de verão de 1940. Esta foi, por outro lado, a única semana de trabalho *geral*, para toda a Obra. Pouco depois, Escrivá percebeu que não era prática e a suprimiu, pois já havia um congresso geral a cada cinco anos. Ficavam apenas as semanas de trabalho regionais, mais eficazes porque nelas se analisava o desenvolvimento da Obra em uma circunscrição e se chegava a

conclusões ligadas a casos concretos (Entrevista de Fernando Valenciano Polak, Roma, 4 de abril de 2022).

^[15] Diário da III Semana Geral de Trabalho, 28 de agosto de 1948, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

^[16] Diário da III Semana Geral de Trabalho, 24 de agosto de 1948, em AGP, série E. 2.2, 171-3-1.

^[17] Diário da III Semana Geral de Trabalho, 28 de agosto de 1948, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

^[18] Diário da III Semana Geral de Trabalho, 25 de agosto de 1948, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

^[19] Diário da III Semana Geral de Trabalho, 25 de agosto de 1948, em AGP, série E.2.2, 171-3-1.

^[20] Primeira semana de trabalho, em AGP, série Q.2.2, 94-1.
Diferentemente dos homens, não

foram conservadas as conclusões ou o diário desses dias. Contamos, em compensação, com uma lista de “Temas para a I Semana de trabalho” que traz os seguintes pontos: 1. Sustento econômico das casas. 2. Rendimento pessoal de cada associada. 3. Joias que podem usar. 4. Modo de vestir-se das associadas. 5. Gastos comuns e extraordinários das associadas. 6. Administração das casas. 7. Seleção de vocações. 8. Trabalho em Residências. 9. Relacionamento com as empregadas da casa. 10. Governo local. 11. Relacionamento com os sacerdotes. 12. Modo de receber a confidência. 13. Associadas da Obra sem vida de família. 14. Testamentos e bens patrimoniais. 15. Delicadeza da Obra no aspecto econômico. 16. Formação das empregadas. 17. Vida de piedade das empregadas.

^[21] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis*

Dei (1950), n. 477-479, em AGP, série L.1.1., 115-1.

[22] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (1950), n. 428, em AGP, série L. 1.1., 115-1.

[23] Anotação de Antonio Pérez, Madri, 23 de fevereiro de 1953, com uma nota manuscrita do Fundador (“recomeçar, com uma data nova, em todas as Regiões”), em AGP, série E. 2.2., 171-3-2.

[24] Não encontramos em AGP documentação sobre estas semanas de trabalho regionais.

[25] As chamadas sociedades auxiliares eram sociedades proprietárias ou gestoras de bens móveis e imóveis colocadas à disposição de projetos com os quais a mensagem cristã do Opus Dei era difundida. Os conselhos locais coordenam a direção espiritual dos

membros da Obra, dão a maior parte da formação coletiva e acompanham o andamento das atividades apostólicas (cfr. GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, pp 251-255; e 190, respectivamente.

^[26] Nota geral 332 (26/06/1960), em AGP, série E.1.3, 242. As semanas de trabalho não tinham relevância pública nos meios de comunicação porque, naquele momento, estavam circunscritas aos numerários que analisavam o desenvolvimento da Obra e suas formas de expansão no mundo.

^[27] Em AGP, série E.2.2,342-345, conservam-se as comunicações e conclusões das semanas de trabalho das regiões da Alemanha, América Central, Canadá, Espanha, Inglaterra, Itália, Japão, México, Peru e Washington. Em muitos casos, há contribuições com sugestões

variadas que serviram para estudo e elaboração das comunicações.

[28] Sessão de encerramento da semana de trabalho regional, Molinoviejo, 11 de dezembro de 1960, em AGP, série E.2.2., 343-5-1. Comissões: formação de numerários, formação e trabalho de adscritos, formação e trabalho da Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz, delegações, regime local, obra de São Gabriel, obra de São Rafael, atuação pública dos nossos, labores do apostolado da opinião pública, apostolado na universidade e regime econômico.

[29] Embora já tivesse havido outras reuniões semelhantes em anos anteriores, o Conselho Geral perguntou ao Fundador se convinha que as mulheres organizasse semanas de trabalho, ao que ele respondeu claramente: “Deve!” (Consulta, 28 de maio de 1960, em AGP, série E.2.2., 345-2-2.

^[30] Conclusões da Semana de Trabalho na Espanha, 17/12/1960, n. 35, 20 e 22 respectivamente, em AGP, série Q.2.2., 25-97. Havia sete comissões de trabalho: administrações, formação de numerárias e numerárias auxiliares, formação de adscritas, aspectos econômicos, obra de São Rafael com residência e escolas do lar, apostolado da opinião pública e obra de São Gabriel.

^[31] Os temas eram: formação, labor de São Gabriel, expansão, apostolado da opinião pública, funcionários/operários/campões, Instituto Chapultepec, Montefalco, direção espiritual regional, Residência Universitária Panamericana, labor de São Rafael e assuntos econômicos (AGP, série E.2.2., 342-3).

^[32] Conclusões gerais 9/10/1960, em AGP, série E.2.2, 342-3.

[33] Conclusões gerais, 3/01/1961, em AGP, série Q.2.2, 20-96.

[34] Conclusões gerais, 3/01/1961, em AGP série Q.2.2, 20-96.

[35] Consulta, 28/05/1960, em AGP, série E.2.2., 345-2-2.

[36] Semana de Trabalho na Delegação do Japão, 31 de dezembro de 1960, em AGP, série E.2.2., 342-1-1. Iniciado em 1962, Seido Language Institute foi a primeira obra corporativa do Opus Dei no país do sol nascente.

[37] Em 1966, realizou-se o quarto congresso geral do Opus Dei sem que se tivessem realizado semanas de trabalho no ano anterior: cfr. GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, p. 274. Eram, além disso, tempos de particulares dificuldades jurídicas para a Obra, que levaram à convocação de um congresso geral especial em 1969 (*ibid*, p.354).

[38] “Regulamento das semanas de trabalho”, 21 de dezembro de 1967, em AGP, série E.2.2., 345-4-1.

[39] “Conclusões definitivas”, Study Week, 6 de agosto de 1968, em AGP, série E.2.2., 346-1.

[40] “Texto das conclusões definitivas”, 17 de janeiro de 1969, em AGP, série Q.2.2., 38-100.

[41] “Semana de Trabalho da região da Espanha. Seção de Mulheres. Conclusões”, em AGP, série Q.2.2., 35-99. Em julho de 1967, o fundador havia mudado a denominação de *oblat* pela de *adscrito* (cfr. GONZÁLEZ GULLÓM – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, p.349).

[42] *Ibid.*

[43] H 1156/68 (15 de novembro de 1968), n. 4, em AGP, série E.2.2., 347-3-1.

^[44] H. 1156/68 (15 de novembro de 1968), n. 4, em AGP, série E.2.2., 347-3-1.

^[45] Consulta, 15 de outubro de 1969, em AGP, série E.2. 2., 345-3. Quando o materiais da semana de trabalho da quase-região de Portugal foram recebidos, o fundador indicou: “Que todos os do conselho geral leiam e deem seu parecer e proponham avisos” (24 de junho de 1968, em AGP, série E.2.2., 345-3). De modo semelhante no caso da Suíça: “Que todos vejam e deem seu parecer e indiquem quais avisos será necessário enviar” (24 de junho de 1968, em AGP, série E.2.2., 345-4-2).

^[46] “Regulamento das semanas de trabalho”, 21 de dezembro de 1967, n. 45, em AGP, série E.2.2., 345-4-1.

^[47] Cfr. GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, p. 354.

^[48] Sobre o congresso geral especial, cfr. Amadeo DE FUENMAYOR – Valentín GÓMEZ-IGLESIAS – José Luis ILLANES, *El itinerario jurídico del Opus Dei. Historia y defensa de un carisma*, Pamplona, eunsa, 1990, 4^a ed. pp.371-412; GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, pp. 353-361.

^[49] Comunicação, 3 de setembro de 1969, em AGP, série E.2.2., 351-1-1.

^[50] Comunicação, 3 de setembro de 1969, em AGP, série E.2.2., 351-1-1.

^[51] Nota geral 7128/69, 13 de setembro de 1969, n.1-2, em AGP, série E.2.2., 351-1-1 (cursiva no original). O defensor devia estimular a observância das Constituições em sua região: *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (1950), n. 383, em AGP, série L. 1.1., 115-1.3.

[52] *Constitutiones Societatis Sacerdotalis Sanctae Crucis et Operis Dei* (1950), n. 16, em AGP, série L.1.1., 115-1-3.

[53] Conclusões do Congresso Geral Especial, 15 de setembro de 1969 (homens) e 16 de setembro de 1969 (mulheres), em AGP, série D.2, 459-2-1 e 459-5-1, respectivamente.

[54] Conclusões do Congresso Geral Especial, 15 de setembro de 1969 (homens) e 16 de setembro de 1969 (mulheres) em AGP, série D.2, 459-2-1 e 459-5-1. Acrescentava-se ainda que, um ano depois – e, portanto, um ano antes do congresso geral ordinário – se realizasse uma “semana de trabalho geral, com participação de representantes de todas as regiões” (Conclusões do Congresso Geral Especial, 15 de setembro de 1969 (homens) e 16 de setembro de 1969 (mulheres), em AGP série D.2., 459-2-1 e 459-5-1). Este último ponto

não se concretizou nos anos seguintes, pois não houve semanas de trabalho gerais no Opus Dei. Como visto, as únicas deste tipo foram as do ano 1948.

^[55] Consulta, 19 de dezembro de 1969 e Aviso 611/70 (29 de janeiro de 1970), em AGP, série E.2.2., 351-1-2.

^[56] Dados estatísticos em AGP, série D. 2. 462-2-1, para homens e D.2., 462-3-2, para as mulheres. As comunicações das regiões estão agrupadas em AGP em 85 caixas. Muitas estão redigidas em duas seções: motivação e sugestão. A riqueza dessa massa de documentos está aberta a futuros estudos que poderão analisar os modos como os membros e cooperadores do Opus Dei conheciam e desejavam expandir seu carisma naqueles momentos.

Não contamos com dados demográficos definitivos sobre o número de membros da Obra no ano

de 1970. Calculamos que uns 20.000 sócios e outros 30.000 cooperadores colaboraram para enviar sugestões para segunda fase do congresso geral especial. Ao concluir o congresso, a Obra não fez distinção entre uns e outros: “*da parte di 50.710 soci di 77 nazionalità sono state presentate 54.781 comunicazioni, che sono ora oggetto di atenta considerazione e studio*” (Carta de Álvaro del Portillo a Ildebrando Antoniutti, Roma 23/03/1971, em AGP, série D.2, 462-14). Este número de sócios e cooperadores manteve-se no ano de 1975, quando as autoridades da Obra disseram que, ao morrer o Fundador, havia 60.000 sócios: cfr. GONZÁLEZ GULLÓN – COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, p.447.

^[57] Segunda seção da segunda parte do congresso geral do Opus Dei, 31 de agosto de 1970 (AGP, série D.2. 462-2-1.), que explica como se tinha

organizado a semanas de trabalho regionais.

[58] Nota geral n.7128/69, 13 de setembro de 1969, n. 3, em AGP, série E.2.2., 351-1-1. Como amostra, a semana de trabalho para homens na Alemanha enviou a Roma uma nota na qual explicava que haviam participado 76 pessoas de 23 profissões diferentes, desde professores universitários e empresários até camponeses e pastores. “Número de pessoas que tomaram parte na Semana de Trabalho extraordinária da Alemanha”, Colônia, 30 de janeiro de 1970, em AGP, série E.2.2., 351-1-4.

[59] L 19/70, 7 de fevereiro de 1970, em AGP, série E.2.2. 35-1-2.

[60] Nota da semana de trabalho extraordinária da Áustria, contida na segunda seção da segunda parte do congresso geral do Opus Dei para homens, 31/08/1970, (AGP, série D.2.,

462-2-1): “Esta disposição não procede de uma atitude de cega submissão – que repugnaria nossa consciência, pois nos consideramos cristãos adultos – e sim do reconhecimento do carisma fundacional que só o nosso Padre possui, e do direito correspondente, que só ele tem, de precisar tudo o que se refere ao espírito da Obra e de fixar definitivamente a estrutura canônica do Opus Dei”. Há textos semelhantes nas atas da segunda seção da segunda parte do congresso geral para as mulheres, 31 de agosto de 1970, em AGP, série D.2, 462-3-4.

^[61] Conclusões da segunda parte do congresso geral especial, 14 de setembro de 1970 em AGP, série D.2. 462-2-7 (homens) e AGP, série D.2. 462-4-8 (mulheres).

^[62] Entrevista com Mons. Julián Herranz, Roma, 25 de fevereiro de 2020; cfr. GONZÁLEZ GULLÓN –

COVERDALE, *Historia del Opus Dei*, pp. 358-361.

[63] *Codex iuris particularis Operis Dei*, 1974, em AGP, série L.1.1., 115-3. Nos números 171-179 estão anotados os aspectos relacionados às semanas de trabalho. Estes mesmos números aparecem, com mínimas modificações, no *Codex iuris particularis Operis Dei*, 1982, n. 162-170. Os estatutos chamam assembleias (*adunationes*) as semanas de trabalho regionais, realizadas de modo ordinário a cada dez anos. Animam a “fomentar a máxima participação possível de todos os fiéis da Prelazia nas Assembleias, pedindo-lhes pareceres, notas de experiências tidas e outras contribuições similares” (*Codex iuris particularis Operis Dei*, 1982, n. 167, § 1) e preveem que participem das assembleias alguns numerários designados e “outros fiéis da Prelazia, especialistas em diversas

matérias, como colaboradores” (*Codex iuris particularis Operis Dei*, 1982, n. 166, § 2).

^[64] Cfr. DE FUENMAYOR – GÓMEZ IGLESIAS – ILLANES, *El itinerario jurídico del Opus Dei*, pp. 412-417. Depois da etapa fundacional, houve semanas de trabalho nos anos 1990, 2001 e 2013, que poderão ser analisadas em futuros estudos.

pdf | Documento gerado automaticamente de <https://opusdei.org/pt-br/article/as-semanas-de-trabalho-nos-anos-fundacionais/>
(15/01/2026)